

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

*DIRECÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
DOS TRABALHOS PARLAMENTARES*

**CONSELHO EUROPEU
25 e 26 de Março de 2004
Bruxelas**

**DISCURSOS DO PRESIDENTE PAT COX
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA**



01/S-2004

Direcção-Geral da Presidência

PT

PT

(Intranet) <http://www.europarl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2004)
(Internet) <http://www.europarl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2004)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\Bruxelles

DISCURSOS

**Discurso
do Deputado Pat Cox, Presidente do Parlamento Europeu,
à sessão de trabalho do Conselho Europeu sobre terrorismo**

**Bruxelas,
Quinta-feira, 25 de Março de 2004**

No Parlamento Europeu, foi durante a sessão em Estrasburgo que tomámos conhecimento das atrocidades cometidas em Madrid, no dia 11 de Março. De imediato manifestei os nossos mais profundos sentimentos, as nossas condolências e a nossa solidariedade às muitas famílias atingidas por esse atentado revoltante, injustificado e injustificável, contra o povo de Espanha, contra a democracia e contra a Europa. Tratou-se, igualmente, de uma declaração de guerra à democracia.

Esse acto inqualificavelmente malévolo assinalou uma nova etapa na ameaça crescente do terrorismo. Os nossos cidadãos partilham agora um sentimento de vulnerabilidade perante uma ameaça que pode atingir qualquer Estado-Membro, a qualquer momento.

Em Janeiro do corrente ano, usei da palavra perante a primeira Conferência Internacional de Vítimas do Terrorismo, tendo então afirmado aquilo que hoje gostaria de repetir: é um dever perante o povo espanhol, e perante o povo da Europa, garantir que os terroristas e o terrorismo não encontrem refúgio seguro na União Europeia.

Impõe-se felicitar a Presidência irlandesa por ter abordado a questão do terrorismo em reuniões do Conselho, durante a semana passada e durante a semana em curso. Ao modificar as disposições que haviam sido adoptadas para o Conselho Europeu, a Presidência colocou a tónica primordialmente no terrorismo.

Serão dentro em pouco debatidas as propostas específicas elaboradas pelos Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos. Gostaria, hoje, de solicitar-lhes que adoptem todas as medidas necessárias para garantir a mais estreita cooperação possível entre todos os nossos serviços de segurança nesta luta mundial contra o terrorismo. Gostaria ainda de solicitar que tenham em mente quão positivo seria um acordo sobre as conclusões; por outro lado, é indispensável garantir que as conclusões sejam efectivamente aplicadas.

Dispomos dos instrumentos necessários. Podemos chegar a um acordo entre Governos, mas é necessário garantir que os Governos apliquem efectivamente as decisões, e que a indispensável cooperação entre estes e os serviços de segurança se verifique com a urgência que a situação exige.

Não lográmos cumprir todos os compromissos que assumimos após o 11 de Setembro. Tal cumprimento seria a resposta adequada ao massacre do 11 de Março. Constituiria o sinal mais poderoso de que as democracias da Europa e as Instituições Europeias se encontram unidas na determinação de vencer a maior ameaça que enfrentamos.

Ao intensificar a nossa luta contra os terroristas, não esqueçamos nunca a tragédia das suas vítimas. É minha esperança e convicção que algum conforto terá proporcionado às famílias a extraordinária manifestação de solidariedade e compaixão por parte da Comunidade Europeia, da própria comunidade mundial. O Parlamento solicitou que façamos do 11 de Março o Dia Europeu em memória das vítimas do terror.

Que fique clara a mensagem saída desta reunião:

En favor de la democracia y de los derechos humanos. No más bombas. No más muertos. Entre todos acabaremos con los terroristas.

**Discurso
do Deputado Pat Cox, Presidente do Parlamento Europeu,
ao Conselho Europeu**

**Bruxelas,
Sexta-feira, 26 de Março de 2004**

O tema que se impõe a este Conselho Europeu é o da necessidade de dar cumprimento às metas estabelecidas. Tal necessidade é mais flagrante na Agenda de Lisboa, onde a falta de cumprimento nos está a conduzir a uma perda de credibilidade que afecta todo o exercício.

Na Cimeira da Primavera de Lisboa, em 2000, o Conselho Europeu estabeleceu objectivos ambiciosos para a modernização da economia europeia. Como aspecto central, destacava-se a perspectiva de um crescimento anual extraordinário de 0,75%, conforme os anos, em resultado das medidas previstas na Agenda, o que permitiria igualar, em 2010, as taxas de crescimento dos EUA.

Estabelecer objectivos e prazos ambiciosos faz parte do método europeu. Tal permite galvanizar a acção pública, podendo igualmente reforçar a credibilidade pública. O programa do mercado único para 1992, bem como a moeda única para 1999, são recordações recentes de que, quando queremos, somos capazes de grandes feitos em conjunto. A Agenda de Lisboa, a seu modo tão ambiciosa como aqueles outros objectivos, exige uma acção continuada dos Estados-Membros, com o apoio, e sem obstáculos, de Bruxelas. Trata-se de uma campanha europeia, travada em frentes de batalha nacionais. Importa que a acção dos Estados-Membros esteja à altura das nossas ambições europeias.

Temos quatro anos de experiência de um programa de dez anos, e todas as análises salientam um facto central: não estamos a cumprir.

Foram realizados progressos importantes. Os Estados-Membros, um após outro, empreenderam reformas económicas nacionais - desregulamentação do mercado laboral, reforma dos sistema de pensões e da segurança social, projectos de criação de emprego - mas a soma desses esforços não está a produzir o efeito desejado.

Dois indicadores fundamentais, o crescimento económico e o crescimento do emprego, ilustram o problema. Os nossos cidadãos fazem, a justo título, perguntas. Como é possível, com o nosso mercado interno, que tem quase uma vez e meia a dimensão do mercado norte-americano, e com a nossa parcela mais elevada do comércio mundial, que continuemos a ter um desempenho inferior ao dos EUA? Por que motivo, quando dispomos de um mercado único apoiado por uma moeda única, temos de esperar pela recuperação económica norte-americana para sair da estagnação?

Obviamente, os nossos eleitores estão preocupados com o ritmo da mudança e com a erosão da segurança do emprego tradicional, bem como de outras aquisições sociais. Os Estados-Membros e o próprio Conselho Europeu deverão ser os primeiros a explicar que a prosperidade a longo prazo da Europa exige que nos concentremos na criação de emprego, mais do que na sua conservação, bem como na promoção das competências e da adaptabilidade das pessoas. Na frente da reforma, é indispensável acelerar o processo, e não diminuir o ritmo.

Nas Instituições Europeias, estamos a contribuir para o processo de reforma. Estão a ser realizados progressos importantes no final da presente legislatura, com um número recorde de matérias legislativas incluídas nas duas últimas sessões plenárias. Na próxima semana, o Parlamento aprovará duas propostas legislativas de grande alcance, relativas aos serviços financeiros. Pretendemos avançar recorrendo a um processo simplificado, não só para os valores mobiliários, mas também para a actividade bancária e seguradora. Demos um impulso à liberalização rápida do transporte de mercadorias e de passageiros, tal como fizemos no passado para facilitar o acesso das empresas e dos consumidores a uma energia mais barata.

No que diz respeito a algumas matérias conhecidas, as Instituições não encontraram a determinação nem adquiriram o ímpeto para cumprir os objectivos. Lembro-me de nos congratularmos, no Conselho Europeu de Barcelona, porque pensávamos ter conseguido um acordo político sobre a patente comunitária. Ficamos agora a saber que o Conselho mais uma vez não cumpriu, cerca de trinta anos após os primeiros debates, num momento em que as empresas norte-americanas batem as suas congéneres da UE por 4 : 1 no número de patentes registadas no Gabinete de Patentes dos EUA; e mesmo na própria União Europeia, as empresas norte-americanas seguem à frente (170 : 161).

Nos casos em que adoptámos um quadro europeu, os níveis nacionais de implementação e aplicação são decepcionantes. Cerca de 40% das directivas comunitárias continuam a não ser transpostas dentro dos prazos estabelecidos. Neste contexto, é necessário que as nossas três Instituições desenvolvam um esforço colectivo: a Comissão deve aplicar; os Governos dos Estados-Membros devem empenhar-se com maior regularidade, juntamente com os parlamentos nacionais, na Agenda de Lisboa, e o Parlamento poderá utilizar o seu diálogo com os parlamentos nacionais para salientar matérias prioritárias, quando se verificarem atrasos a nível da transposição ou quando for necessário reforçar a aplicação.

A qualidade da nossa legislação é fundamental. Cumpre-nos regulamentar a nível europeu, mas temos de fazê-lo menos e melhor. Temos de aplicar o acordo, que celebrámos em Dezembro passado, sobre a melhoria da legislação. Deveria existir um programa conjunto das três Instituições sobre a simplificação legislativa, com um programa rigoroso para os próximos seis meses, para o próximo ano e para o próximo quinquénio. E temos de pôr em prática o compromisso que assumimos de avaliar melhor os efeitos da nossa acção no domínio do emprego, da competitividade e do ambiente, através de estudos de impacte objectivos e alargados, uma vez mais segundo um programa comum acordado pelas três Instituições e aplicando critérios comuns.

No projecto de conclusões, a Presidência salienta, a justo título, a importância da I&D, domínio no qual se regista um baixo desempenho do nosso sector privado. Apoiamos inteiramente a ideia de melhorar as condições da iniciativa privada em I&D e do apoio público dirigido. No que diz respeito ao nosso próprio programa-quadro europeu de I&D - sim, deverá ser simplificado, em especial para as pequenas e médias empresas, mas é igualmente necessário financiamento suplementar, com verbas mais significativas para a investigação fundamental e aplicada. Essa prioridade elevada para o financiamento futuro deverá reflectir-se nas próximas Perspectivas Financeiras, que começaremos a debater no Outono.

A nossa comunidade científica, cada vez mais atraída por oportunidades fora da União, carece de ser motivada e galvanizada em torno de alguns grandes projectos europeus, que são potencialmente viáveis do ponto de vista económico e podem constituir um pólo europeu aglutinador dos nossos esforços.

O trabalho realizado pelo grupo dirigido por Wim Kok e outros contribuiu para a nossa compreensão das necessidades e para a nossa capacidade de aprender com a prática anterior nos Estados-Membros, de modo que devemos incentivar a entrada de um maior número de pessoas no mercado de trabalho, recompensar os que trabalham e proporcionar um ambiente favorável à novas empresas, sejam elas grandes, médias ou pequenas.

Uma das tarefas consiste em proceder a uma análise mais rigorosa do que se passa na economia europeia; a outra consiste, uma vez mais, em colmatar deficiências. Esse encargo recai sobre os Chefes dos Governos dos Estados-Membros, mas as Instituições Europeias podem e devem desempenhar o seu papel.

A Presidência irlandesa logrou simplificar as conclusões desta reunião: pela primeira vez, será emitido um texto claro e compreensível. Esperamos que menos conclusões produzam maiores resultados.

Relações Externas

Chipre

Saúdo a presença do novo Primeiro-Ministro da Grécia, Sr. Karamanlis, e agradeço-lhe por ter disponibilizado tempo para se encontrar comigo em Atenas, no princípio da semana. Endereço-lhe os melhores votos - bem como ao Presidente de Chipre, Sr. Papadopoulos - e espero que nos próximos dias sejam concluídas com êxito as negociações para se encontrar uma solução na Ilha de Chipre.

Tal como os presentes, o Parlamento Europeu acompanhou de perto o processo desenvolvido no âmbito da missão de bons ofícios do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Esperamos fervorosamente que os dirigentes de ambas as comunidades encontrem a sabedoria e a vontade política para tornar possível, e efectiva, a adesão de um Chipre reconciliado e reconciliador.

A expressão já foi utilizada muitas vezes antes, mas esta pode ser, de facto, a "última oportunidade".

Creio que, à medida que avançamos para a fase em que uma proposta, que foi objecto de acordo, será submetida ao eleitorado de ambas as comunidades em 20 de Abril, a União Europeia não deverá retrair-se.

Devemos sinalizar claramente que estamos profundamente empenhados numa solução, tanto em termos de declarações políticas tempestivas e positivas de todas as Instituições Europeias a favor de uma resolução, bem com em termos de uma possível contribuição orçamental vultosa da União Europeia para uma conferência de doadores, em 15 de Abril. Se a União Europeia assumir de forma decidida que contribuirá de algum modo para tranquilizar as pessoas sobre questões práticas - realojamento, reconstrução e outras - que afectam as suas vidas, se pudermos garantir o apoio activo do BEI, estaremos em condições de exercer um efeito positivo sobre o resultado esperado e desejado por todos os que se encontram à volta desta mesa.

Kosovo

A eclosão recentemente verificada no Kosovo recorda-nos cruelmente as tensões acumuladas, a volatilidade e os riscos para a estabilidade ainda patentes nos Balcãs Ocidentais. Os acontecimentos de 17 de Março constituem um grave retrocesso, não apenas devido à separação *de facto* mais acentuada dos grupos étnicos que desencadeou, mas também porque lançou novas dúvidas sobre o futuro do Kosovo como entidade pacífica e multiétnica.

Creio que não devemos permitir qualquer desvio em relação à abordagem política que consiste em insistir no princípio "normas antes do estatuto". Tais normas devem incluir a capacidade de desenvolver uma acção política, sem tolerar a violência, nem a prossecução de objectivos políticos por meios violentos.

Ao mesmo tempo, é óbvio que não podemos continuar a adiar uma reflexão profunda sobre a resolução a longo prazo da questão do Kosovo. A nossa política está a revelar as suas fraquezas. A situação no Kosovo tem potencialidades para despoletar a região e ressuscitar fantasmas do passado recente. Sem demora injustificada, temos de preparar o terreno para a acção futura, conduzindo a um acordo equitativo, sustentável e justo que possa ser aceite por ambas as comunidades e encerre garantias adequadas para ambas.

Os que declaram o seu empenhamento na perspectiva europeia têm igualmente de estar prontos para conversar com os seus vizinhos. Não podemos avançar para a União Europeia sem diálogo ou sem um compromisso pacífico e construtivo.

Médio Oriente

O assassinio extra judicial do Xequé Ahmed Yassin, verificado no dia 21 de Março e severamente condenado pelo Parlamento Europeu, não veio facilitar a causa da paz no Médio Oriente, nem a causa, igualmente decisiva, da luta contra o terrorismo internacional.

Ao mesmo tempo, reconhecemos o direito do Estado de Israel a proteger-se a si próprio e aos seus cidadãos de atentados terroristas, e condenamos sem reservas as atrocidades terroristas pelas quais o Hamas tem sido responsável. Ambas as partes neste conflito têm agora de dar mostras de contenção e pôr termo ao ciclo infernal de violência, escolhendo, por fim, a via difícil mas necessária do diálogo.

Enquanto a situação no terreno continua a agravar-se, a comunidade internacional não pode dar a impressão de ter lavado as mãos da crise. Se for permitido ao Governo de Israel prosseguir, sem restrições, o seu plano unilateral e não negociado de retirada de Gaza e de construção de uma cerca de segurança, existe o risco de serem criadas novas realidades no terreno que prejudicarão, em lugar de favorecer, uma solução viável a longo prazo.

Creio que é necessário um empenhamento mais profundo e construtivo da União Europeia, de modo a incutir um novo sentido de urgência na nossa cooperação com a Nações Unidas e os Estados Unidos para revitalizar os esforços de resolução e desenvolver os avanços conseguidos pelo Roteiro do Quarteto.

Temos de oferecer uma perspectiva a essa região. Manifesto o meu apoio à nova abordagem da Presidência, que assenta numa base regional e aumenta o nível de empenhamento da UE, através do desenvolvimento de uma parceria estratégica da UE com o Mediterrâneo e o Médio Oriente.

Na passada segunda-feira, o Presidente Mubarak cancelou a visita de uma delegação ao Knesset para assinalar o 25º aniversário do Tratado de Paz Israelo-Egípcio. No mesmo dia, no lançamento da Assembleia Parlamentar Euromediterrânica, elegemos por unanimidade, inclusive com o voto do representante do Knesset, o Presidente do Parlamento egípcio como primeiro Presidente da Assembleia. Julgo saber que a Presidência e a Comissão estavam ocupadas a preparar a reunião de hoje. Permitam-me que diga apenas o seguinte: não subestimem o poder do parlamentarismo democrático. A Assembleia Parlamentar Euromediterrânica pode ser uma plataforma para o alargamento dos nossos objectivos estratégicos comuns à região mais vasta do Mediterrâneo e do Médio Oriente.

*
* *

Esta é a última reunião agendada do Conselho Europeu antes das eleições europeias de 10-13 de Junho, pelo que esperam certamente que diga algumas palavras sobre a importância das mesmas.

Permitam que comece por dizer uma palavra sobre a dimensão destas eleições: 348.824.000 pessoas nos 25 Estados-Membros poderão votar entre 10 e 13 de Junho. Serão as primeiras eleições à escala continental na História europeia.

Por outro lado, estas eleições realizam-se num ano de redefinição e renovação para a União Europeia, e são acompanhadas por um conjunto inédito de circunstâncias: as primeiras eleições europeias realizadas após o alargamento, a perspectiva estimulante de um acordo sobre o Tratado Constitucional Europeu, há muito esperado, e a nomeação, no final do ano, de uma nova Comissão.

ΓA realização com êxito do alargamento mostra a vitalidade contínua da nossa União e a sua capacidade inquebrantável de - mais cedo ou mais tarde - tomar as decisões certas sobre as questões de importância fundamental.

Onde temos sido menos eficazes, até ao momento, é na capacidade de transmitir a nossa história colectiva, de comunicar aos concidadãos europeus os avanços da nossa União e a respectiva importância para as suas vidas.

As Instituições Europeias precisam de uma lufada de ar fresco, do oxigénio da verdadeira democracia. Que melhor oportunidade poderia existir do que a destas eleições europeias, neste ano muito especial, para garantir uma dimensão genuinamente europeia à campanha a desenvolver durante os próximos meses?

Obviamente, as considerações políticas nacionais e as questões de personalidades desempenharão sempre um papel nas eleições europeias. Mas se pretendemos que as pessoas consigam algum dia estabelecer uma relação adequada com as actividades da UE, precisamos de um debate amplo, aberto e público sobre as matérias europeias.

A agenda desta Cimeira ilustra precisamente o tipo de questões que deveriam ser debatidas na campanha eleitoral. A tónica será colocada - simplificando um pouco - na criação de emprego e no crescimento económico, na protecção dos cidadãos contra o flagelo do terrorismo internacional, na decisão, através do novo Tratado, sobre quem exerce que funções na UE em representação dos cidadãos, e ainda sobre o reforço do papel da Europa no mundo.

Por mais sábias e vastas que venham a ser as decisões hoje aqui adoptadas, o debate não deverá terminar em Bruxelas. Quero apelar a todos para que, nas próximas semanas e meses, participem activamente na campanha sobre todas essas matérias e em prol da nossa causa comum - a da paz a longo prazo, da prosperidade e da estabilidade em todo o continente.

Durante os últimos cinco anos, o Parlamento Europeu desempenhou o seu papel e preencheu largamente o seu dever institucional, sobretudo através do exercício eficaz e responsável dos seus poderes legislativos e do apoio entusiástico e sem restrições ao processo de alargamento.

Gostaria agora de sugerir que, ao avançarmos para estas eleições europeias únicas, chegou o momento de os dirigentes políticos europeus honrarem a parte europeia do compromisso com os eleitores da Europa. Junto a este marco da História europeia, apelo respeitosamente a todos para que, lá fora, participem na campanha pelo futuro democrático da Europa.